

**(NEO) DESENVOLVIMENTISMO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: desafios para
prática profissional do/a assistente social**

Antonia Camila de Oliveira Nascimento⁵⁵

RESUMO: O trabalho ora apresentado se debruça, fundamentalmente, na análise em torno do Neodesenvolvimentismo como projeto voltado para o crescimento econômico, como foco nas políticas macroeconômicas, como proposta para recomposição do grande capital nacional. Outrossim, desenvolve uma crítica sobre as políticas sociais neodesenvolvimentista, centrada implementação de medidas redistributivas voltadas para a inclusão social via consumo de massa. Ainda destaca-se, alguns desafios para o/a assistente social, ante o avanços do projeto neodesenvolvimentista nas políticas sociais. Em síntese, compreende-se que é uma falácia pensar que o projeto neodesenvolvimentista garante condições para resolver os problemas estruturais da sociedade capitalista, e muito menos proporciona o desenvolvimento social da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Política social; Assistente Social.

**(NEO) DEVELOPMENTALISM AND SOCIAL POLICIES IN BRAZIL :
CHALLENGES FOR PROFESSIONAL PRACTICE OF / A SOCIAL WORKER**

ABSTRACT: The work presented here focuses fundamentally on the analysis around the neo-developmentism as project aimed at economic growth, focused on macroeconomic policies, as proposed restoration of the great national capital. Moreover, it develops a critique of the neodesenvolvimentista social policies, focused implementation of redistributive measures geared towards social inclusion via mass consumption. Still stands out, some challenges for the / a social worker, before the advances of neodesenvolvimentista project in social policies. In short, it is understood that it is a fallacy to think that neodesenvolvimentista design ensures conditions to solve the structural problems of capitalist society, let alone provides the social development of the working class.

Keywords: neo-developmentism; social policy; Social worker

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre Neodesenvolvimentismo e sua proliferação do campo das políticas sociais. O novo desenvolvimentismo faz parte de uma agenda recente fruto do século XXI, e vem tomando amplitude a densidade teórica sob a égide do economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Tal projeto apresenta-se como alternativa ao

⁵⁵Assistente social. Especialista em Gestão Pública pelo instituto federal de educação ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGSS/UERN). E-mail: camyla.oliveira25@gmail.com

neoliberalismo, tendo como pressuposto a retomada do crescimento econômico é a construção de um novo pacto social, dirigido pelo segmento dos empresariados industriais em coalizão com a burocracia estatal.

Na construção desse estudo foi realizada pesquisa bibliográfica por meio de leituras relacionadas com as categorias de análise, que permitiu um fundamento teórico que auxiliou na discussão da problemática abordada, tendo como principais referenciais: Barroco (2011), Castelo (2012), César Maranhão (2014), Evangelista (2002), Harvey (2008), Yamamoto (2009), Pfeifer (2013; 2014), Sampaio Jr (2012), Santos (2007), Yazbek (2009).

Para tanto, num primeiro momento, realiza-se uma análise sobre o neodesenvolvimentismo, como projeto em torno da recomposição do grande capital nacional, em resposta a crise estrutural do capital. Em seguida, apresenta-se o debate sobre a plataforma das políticas sociais dentro no projeto neodesenvolvimentista.

E por fim, particularizou-se uma análise sobre os principais desafios posto ao/a assistente social para efetivação dos direitos dos usuários e materialização dos princípios e diretrizes do projeto profissional, ante ao avanço das políticas neodesenvolvimentistas, retrocesso de direitos, precarização do trabalho, avanço do conservadorismo e das políticas compensatórias, pontuais, fragmentadas e centradas na pobreza.

O PACTO NEODESENVOLVIMENTISTA

Na esteira das últimas décadas, a sociedade foi acometida por inúmeras transformações de dimensão mundial que ganharam novos contornos e reflete diretamente a crise estrutural do capital. Desse modo, apontamos sucintamente algumas das mudanças produzidas pelo capital (países centrais; parte da Europa e Eua), no pós-guerra, período conhecido como os “anos gloriosos” (1945-70), configurando-se em uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada na organização da produção e nas estratégias de trabalho de base taylorista e fordista.

Nos países centrais, dirigiu-se os pilares de sustentação do Estado de Bem-estar social, conjugado com a política de pleno emprego e acesso a direitos sociais. No entanto, na década de 1960, a estrutura dessa política de “bem-estar” também conhecida como “welfare-state” começou a apresentar os primeiros sinais de crise, visto que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro, obtidos até então pelo capital monopolista. Este sistema derruiu-se na década de 1970 e foi substituído pelo modelo Toyotista, incentivando novas formas de organização da produção e acumulação do capital e pautado, sobretudo, na flexibilização das condições e relações de trabalho, tendo como ideia principal produzir somente o necessário e reduzir os estoques.

No cenário político-institucional, nos anos que demarcam a emergência deste sistema, vem acompanhada pelo desenvolvimento do neoliberalismo, no qual o Estado deverá ser reduzido em suas funções, ou seja, deve ser mínimo, garantindo apenas as condições para que o mercado se desenvolva livremente. Segundo Harvey (2008, p. 12):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Neste pressuposto, a intervenção do Estado nos mercados devem se manter no nível mínimo, garantindo apenas a propriedade privada e os contratos, realizar uma política industrial e de promoção das exportações e promover os direitos sociais, embora que minimamente, transferindo uma boa parte de sua responsabilidade para o terceiro setor.

Na particularidade brasileira, sob a égide do neoliberalismo, as transformações vêm sendo incorporadas, mais precisamente a partir do governo do presidente Fernando Collor de Melo/Itamar Franco (1989-1993) e se intensifica no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Tais transformações consistem em reformas orientadas para o mercado como estratégia para saída da crise econômica e social vivenciada pelo país. O avanço do neoliberalismo no Brasil se fez sentir, por exemplo, nas privatizações e na Previdência Social, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social.

Como o aprofundamento da crise do neoliberalismo, rebatendo diretamente no conjunto da vida social, abriu-se caminho para um novo "Projeto de desenvolvimento econômica, intitulado Novo Desenvolvimentismo, colocado como oposto ao neoliberalismo, por considerar que o neoliberalismo levou a economia do Brasil a "quase estagnação". Segundo, Castelo (2012), o Novo Desenvolvimentismo foi inaugurado no Brasil sob os ditames dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), mas precisamente no segundo mandato do presidente Lula (2007-10).

Neste prisma, tal projeto trata-se de uma estratégia de recomposição do capital e fortalecimento da burguesia nacional e "[...] busca construir um novo pacto social" (PFEIFER, 2013, p. 11), dirigido a um acordo nacional com os segmentos dos empresários industrial nacionais, firmado por um pacto entre os diferentes segmentos de classe no país.

Novo Desenvolvimentismo apresenta um receituário que engloba, por um lado, um conjunto de recomendações micro e macroeconômicas, e por outro, uma estratégia ideopolítica assentada em concepções relativas ao mercado, Estado, sociedade civil, classes, globalização, entre outros conceitos que lhe dão sustentação teórica e política e que evidenciam a existência de uma nova ofensiva burguesa no Brasil, agora alicerçada em outro bloco que disputa a direção da sociedade brasileira do século XXI. (PFEIFER, 2013, p. 11).

De acordo com Pfeifer (2013) o Novo Desenvolvimentismo faz parte de uma agenda recente fruto do século XXI, e vem tomando amplitude e densidade teórica sob a égide do economista brasileiro Luiz Carlos Bresser-Pereira. Este economista propõe o novo desenvolvimentismo como modelo para o Brasil, visando promover o crescimento econômico por meio da poupança interna, evitando o endividamento externo e reforçando o nacionalismo.

De acordo com o economista e ex-ministro do governo FHC, nos períodos de 1930 a 1980, o Brasil atingir altas taxas de crescimento econômico. Ainda afirma que nos anos de 1980 a 1994, foi um dos países que menos cresceu. Em 2000 retomou seu o crescimento, mas como menores taxas comparadas com a década de 1970.

O economista, acredita que o pacto Neodesenvolvimentista é uma alternativa para superar o ciclo da ortodoxia liberal ou convencional, o qual visa um receituário que “ [...] promulga políticas micro e macroeconômicas de responsabilidade fiscal e cambial, crescimento com poupança interna e papel estratégico do Estado como indutor do desenvolvimento econômico [...] (PFEIPER, 2013, p. 16). Recomenda-se, para tanto, que o país adote uma política cambial e de juros que possibilite condições para que as empresas nacionais sejam competitivas no mercado internacional. Gonçalves (2012, p.658), sintetizou um tabela auto explicativa, apontando as principais características do projeto Novo Desenvolvimentismo, tais como: o crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte; o Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas; o Estado como mediador do investimento e da política industrial; reformas para fortalecer o Estado e regular os mercados; ênfase no câmbio competitivo; estímulo a acumulação do capital; combate a inflação; ajuste de contas externas, dentre outras características.

Do ponto de vista ideopolítico, Bresser Pereira defende que a alternativa para a retomada do crescimento econômico é a construção de um novo pacto social, dirigido pelo segmento dos empresariados industriais em coalizão com a burocracia estatal, construindo espaço de hegemonia e consenso de classe, ancorado na perspectiva de um ideário de um suposto interesse comum entre a nação, que deve prevalecer sobre os conflitos de classes, tendo em vista o desenvolvimento econômico do país. Acerca das estratégias ideológicas César Maranhão (2014, n.p) afirma que:

[...] a função social da ideologia neodesenvolvimentista é por um lado garantir a direção política da classe dominante nos processos sociais em movimento, ao mesmo tempo que mistifica o real conteúdo de suas escolhas atuais tentando inviabilizar o surgimento de qualquer projeto antagônico ao capital.

Neste prisma, verifica-se que isto não passa de uma estratégia ideológica para garantir o consenso de classe, fragmentar as lutas sociais, a fim de desenvolver livremente o seu projeto burguês e manter seu domínio político e econômico sobre a classe trabalhadora.

A *Nação* bresserniana subjaz à construção de um consenso nacional que aglutina as classes em torno da ideia nacionalista de compartilhamento de interesses, de uma história e de um destino comuns e, para isso, a sociedade “precisa ter objetivos comuns, dentre os quais o principal, em termos históricos, é o desenvolvimento” (PFEIFER, 2013, p. 19)

Segundo Pfeifer (2013) Bresser- pereira ver a relação entre as classes como um jogo de barganha e troca de benefícios, assentado na estratégia de construção de um projeto hegemônico, o qual prever um grande acordo nacional em torno do projeto burguês. Desse modo, pretende aglutinar os diferentes segmentos em prol dos interesses da grande elite nacional empresarial, apresentando seu projeto particular como um projeto de toda a sociedade brasileira, mobilizando amplos segmentos da sociedade na busca de legitimar suas estratégias na condução do desenvolvimento do grande capital nacional. Segundo (PFEIFER, 2013, p. 25) tal estratégia é “[...] marca claramente a classe que deve liderar o processo: os empresários industriais, estes em coalizão com a burocracia do Estado”.

De modo, tal projeto de desenvolvimento econômico busca, sobretudo, garantir a maximização dos lucros do capital, e apreende a classe trabalhadora com consumidores em potencial. Para os segmentos pauperizados, resta somente políticas focalizada e fragmentadas de combate à pobreza, baseada em ações seletivas de estímulo ao consumo de alguns bens materiais, como alternativa ao quadro da desigualdade social.

Em suma, os grandes defensores do Novo Desenvolvimentismo, apresentam um projeto voltado para o crescimento econômico, como foco nas políticas macroeconômicas, como proposta para superar o neoliberalismo. Com essa configuração, trata-se de um projeto que defende o desenvolvimento da economia nacional e autonomia e soberania da nação. Desse modo, compreendem que o desenvolvimento da indústria nacional, acompanhado pelo incentivo a competir com o mercado internacional, podem superar as barreiras do desenvolvimento econômico e social do país. E ainda colocam que para ter uma economia de mercado forte é necessário a presença de um Estado forte, como complemento do mercado, ao mesmo tempo como promotor do bem-estar da nação.

Diante disto, compreende-se que existe um grande equívoco na análise realizada pelos defensores do neodesenvolvimentismo, à medida que defendem o desenvolvimento e equidade social, no entanto, na prática pode-se observar que tal projeto naturaliza a desigualdade social ao associá-la apenas ao favor econômico, desconsideram a luta de classe, naturalizando os conflitos e tensões em torno de projetos em disputa, além de ignoram as contradições estruturais que regem o desenvolvimento da economia. Além disso, apesar deste projeto se considerar contra as privatizações, no entanto caminha junto com a iniciativa privada, incentivando as privatizações dos recursos naturais do país, dentre outros. Como aponta Pfeifer (2014, p. 755):

Cabe ressaltar que o discurso novo-desenvolvimentista coloca-se contra as privatizações. Contudo, um olhar mais atento encontra a *privatização camuflada* na implementação de concessões, parcerias público-privadas e, bem recentemente, nos leilões das bacias de petróleo, que privatizam os recursos naturais do país, entre outros.

E no campo das políticas sociais, os governos que absorvem esse ideário em seus projetos, dão ênfase as política sociais focadas na minimização da pobreza absoluta da população pauperizada, tendo como pressuposto garantir o acesso a renda mínima em prol do consumo. De acordo com Yazbek (2009, p. 23):

Uma retomada analítica dessas políticas sociais revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Estas políticas focalizadas permaneceram e se expandiram no governo Lula, como é o caso dos programas de Transferência de Renda.

O modelo de desenvolvimento desses governos centra-se em aumento de gastos, atingindo os setores mais empobrecidos e precarizados da população, no entanto não altera a desigualdade social, ao contrário verifica-se nos últimos anos que a disparidade de renda entre ricos e pobres vem aumentando sobremaneira, enquanto o capital vem atingindo altas taxas de crescimento.

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

O Novo desenvolvimentismo resgata a perspectiva de crescimento com “equidade”, tal como proposta pela Cepal nos anos de 1980. Evidencia em torno esse pacto, a implementação de políticas sociais como fator de crescimento econômico, mediante o incentivo ao consumo.

Esfumçada pelo discurso de combate a pobreza, de superação da desigualdade, de inclusão social, de incorporação dos setores excluídos e de retomada da intervenção social do Estado, a lógica colocada pelo projeto neodesenvolvimentista vai delimitar uma *nova modalidade de política social, centrada, por um lado, na implementação de medidas redistributivas voltadas para a inclusão de amplos setores populacionais ao consumo de políticas sociais, consubstanciando o que chamo aqui de inclusão social via consumo de massa, e por outro, conformando um modelo de política social como fator de crescimento econômico. Essa plataforma da política social neodesenvolvimentista, funda um novo Estado, intitulado aqui de Estado mediador consumidor, visto que passa a ser um grande consumidor dos bens e serviços sociais mercantilizados.* (PFEIFER, 2014, P. 747; grifos do autor)

O Brasil vem seguindo uma tendência econômica neodesenvolvimentista como mecanismo de combate aos efeitos da crise do capital e recomposição da acumulação capitalista nacional. Desse modo, em momentos de crise estrutural e sócio metabólica do capital, o Estado é chamado para intervir na tentativa de equacioná-lo, e para tanto, é construído uma série de medidas para sanar a crise, desde políticas econômicas objetivando aumentar o nível de produção e maximização dos lucros do capital, até o desenvolvimento de políticas sociais que estimulem o consumo em massa.

Desse modo, o Estado é compreendido como um mecanismo de dominação de classe, tendo em vista que assegura as condições para acumulação do capital, administra as crises cíclicas, garante a competição entre os capitais, garante as condições gerais de produção e reprodução do capital. E ainda disciplinar a classe trabalhadora para que estes se mantenham longe das arenas de luta e disputa de poder.

Dentre as recomendações de Presser-Perreira em torno do Estado intervencionista, indicam que o “[...] Estado deve seguir, dentre as quais seu papel na produção, no planejamento, sua função estratégica, responsabilidade fiscal, política de juros, de câmbio e de inflação, desenvolvimento social etc”. (PFEIFER, 2014, p.750). Nessa perspectiva, O Estado deve desenvolver estratégias que proporcione o desenvolvimento econômico, apoiada por uma coalizão com políticas desenvolvimentistas para minorar o problema da desigualdade social no país. Neste projeto a concepção de desigualdade resume-se a desigualdade renda, portanto as políticas teriam como finalidade garantir renda necessária para consumir alguns bens e serviços, como estímulo para aquecer o mercado interno, produção industrial, comércio e serviços. “Portanto a política social neodesenvolvimentista é uma política que inverte os direitos de cidadania em direitos do consumidor”. (PFEIFER, 2014, p. 759).

Integra ao conjunto das políticas econômicas e sociais, a destinação do fundo público para pagamento da dívida pública e manutenção de altas taxas de juros. Neste prisma, o fundo Público é um dos elementos estruturantes do capital, tendo em vista que o mesmo é desviado para pagamento de juros e amortecimento da dívida pública. E ainda tem contribuído para acumulação do grande capital, à medida que o Estado apropria de uma grande parcela de mais-valia por meio de juros. Isso contribui para o desmonte dos direitos sociais, diante um de frágil Estado democrático. Desse modo, retira-se qualquer direito, a fim de cumprir seus acordos com o grande capital. De acordo com Iamamoto (2009, 30):

Constata-se uma progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas sociais. Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de outra natureza, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias.

O Neodesenvolvimentismo propõe uma nova agenda para as demandas do grande capital, e mantém, para tanto, uma forte conexão com as políticas sociais. E em tempos de crise do metabolismo do capital, a grande prioridade do Estado é assegurar que a grande burguesia nacional continue maximizando lucros. E para assegurar o consenso de classe, faz algumas concessões para classe trabalhadora por meio de políticas imediatistas pontuais, compensatórias e focalizadas de transferência de renda, impulsionando o aumento do consumo, em detrimento das políticas sociais universais. Na verdade, o que impera são políticas restritivas e de contenção de gastos, promovem cortes de recursos públicos, levando para um maior grau a mercantilização dos serviços, privatizações e terceirizações, penalizando principalmente as famílias pobres, adotando programas de mínimos sociais, para aqueles previamente selecionados, não atingindo a estrutura da desigualdade social. Sobre o a intervenção do Estado nas políticas neodesenvolvimentistas, nos aponta Pfeifer: (2014, P. 764-765)

Pode-se inferir, ainda, que o consumo popular de bens e serviços sociais, impulsionado pelas políticas estatais, serve aos interesses de acumulação do capital, por um lado, e promove uma cultura empreendedora que responsabiliza indivíduos e famílias pelo acesso mercantil de seu bem-estar social, trazendo novamente a questão social para o foro privado e tentando desvinculá-la de sua raiz estrutural comum, isto é, ao processo de produção e reprodução do capital e suas formas de exploração e concentração. (PFEIFER, 2014, P. 764-765)

Desse modo, apreendemos que a configuração das políticas sociais sob os ditames do ideário neodesenvolvimentista, centra-se em programas de transferência de renda e numa intervenção mínima junto às famílias mais empobrecidas. Programa Bolsa Família é um exemplo de política de transferência condicionada de renda que depende do cumprimento que tem a mulher como foco prioritário para a titularidade do benefício e cumprimento das condicionalidades. Tal benefício proporciona satisfação de algumas necessidades básicas da família, como alimentação e vestuário, no entanto, não foi capaz de contribuir para a mudança no *status* social dessas famílias. É mister salientar que não desconsideramos a importância deste programa na redução da extrema pobreza no Brasil, todavia, tal programa limita-se, apenas a possibilidade das famílias em situação de extrema pobreza usufruir, ainda que minimamente, de alguns bens materiais.

Compreende-se que a intervenção junto à população mais empobrecida, garantindo alguns mínimos sociais, incorpora mecanismos ideológicos que sustenta estes programas, através de aparelhos de consenso de classe, como promessa de desenvolvimento social, no entanto o que está em jogo é o crescimento econômico e ampliação dos lucros do capital.

DESAFIOS PARA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DIANTE DO PACTO NEODESENVOLVIMENTISTA

O/a Assistente Social, em sua intervenção profissional, tem se deparado com grandes desafios decorrentes do agudizamento da questão social, diante de políticas sociais no interior do pacto neodesenvolvimentista, expresso pelo discurso de combate a pobreza, de superação da desigualdade social e a retoma da intervenção do Estado.

Neste sentido, as mudanças operadas pelo capital são marcadas pela concentração de capitais e descentralização da produção. De acordo, com Barroco (2011) esse processo resultando no agravamento da desigualdade social, degradação do humano e de seus processos de trabalho.

Aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana. (BARROCO, 2011, p. 206)

Para melhor compreensão do desdobramento do projeto neodesenvolvimentista no contexto brasileiro, vale situa-se a política de governo de Lula e sua continuidade do governo da presidenta Dilma, o qual apresentou como medidas de enfretamento ao neoliberalismo, o crescimento econômico com intervenção estatal, que levaria ao desenvolvimento social. Contudo, tais medidas centrou-se na política de combate a pobreza, garantindo algumas medidas imediatas da classe trabalhadora, sem romper com as exigências da classe dominante.

Neste prisma, o discurso contra o neoliberalismo e chamado novo discurso em torno do social desenvolvimentismo, não passa de uma nova roupagem, de uma nova política neoliberal com um viés mais populista e social, sempre dentro dos limites do capital. Segundo Sampaio Jr (2012, 679):

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional [...]

Neste contexto, destaca-se também o avanço do conservadorismo e perdas históricas de conquistas e direitos sociais. Tal lógica vem delimitar uma nova modalidade de política social, centrada em políticas de transferência de renda para incentivar o consumo das massas, conformando um modelo de política social como fator de crescimento econômico. Desse modo, a expansão das políticas sociais, de cunha assistencialista, vem acompanhada pela desapropriação dos direitos como: saúde, previdência social, assistência social, dentre outros. Tal projeto tem implicações negativas na materialização dos direitos sociais, na formulação e execução das políticas sociais e traz rebatimentos diretos ao exercício profissional do/a Assistente Social.

Neste sentido, o modelo do novo desenvolvimentismo, de um lado, aponta para o retorno a intervenção do Estado e dos índices de crescimento econômico, mas de outro lado, relewa o predomínio, de acordo com o modelo de reestruturação produtiva, de uma estratégia ideopolítica para manutenção e legitimação do *status quo* do grande capital nacional. Reatualiza-se o conservadorismo e põe em risco os direitos conquistados. E no que concerne ao Serviço Social, ameaça os valores presentes no Projeto Ético Político, no Código de Ética e na lei que regulamenta a profissão (Lei n.º 8662/93). Sobre o avanço da ideologia conservadora, Barroco (2011, p. 2013) afirma que:

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos.

Neste prisma, o caminho para uma intervenção crítica, consiste em lutar contra toda e qualquer forma de posicionamento e prática que neguem as conquistas e avanços da classe trabalhadora. Vale lembrar que as respostas críticas frente ao avanço do conservadorismo, depende da intencionalidade que os/as assistente sociais dão a ação profissional, como nos aponta Santos (2007, p. 56)

Isso significa dizer que a descoberta de uma legitimidade que avance no sentido da emancipação humana não pode ser fundada pelo pensamento conservador, dado que este manipula os fenômenos específicos do ser social com a mesma instrumentalidade [...] com que manipula qualquer outro tipo de fenômeno: como 'coisas'.

Diante do contexto de reestruturação produtiva e adequação do trabalho aos novos moldes de produção e reprodução, tais mudanças redimensionam a atuação do assistente social para atuar no contexto de precarização e sucateamento dos bens e serviços público, do trabalho e das políticas sociais, focalizadas em políticas de transferência de renda, centradas na pobreza, direcionada para as famílias em condições de extrema pobreza.

As condições e relações de trabalho em que estão inscritos os/as assistentes sociais são indissociáveis das tensões e disputa de poder que permeiam o Estado. Como qualquer outro trabalhador, submetido às condições de assalariamento, o assistente social, sofre os mesmos processos de alienação precarização do trabalho, repercutindo diretamente na forma que os serviços são prestados aos (as) usuários (as). Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge o trabalho do assistente social, nos mais diferentes espaços sócio ocupacionais, onde atuam, ocasionando insegurança no emprego, precárias formas de contratos de trabalho, intensificação de jornadas de trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultado

imediatos, e ausência de projetos profissionais de longo prazo, bem como a ausência ascensão na carreira. De acordo com Yazbek (2009, p. 18-19):

Cabe ainda assinalar outra questão que vem permeou o debate dos assistentes sociais nesta conjuntura: trata-se do movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Não podemos esquecer que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, apartheid e degradação humana.

Nesta perspectiva, o elevado índice de desemprego, precarização do trabalho e desmonte dos direitos, terceirizações, contratos parciais, temporários e redução de postos de trabalho, bem como, a exigência de novos conhecimentos, competências e qualificações profissionais, ao lado do acirramento da competição e do individualismo, põe limites e interferem diretamente na qualidade das demandas e nos bens e serviços prestados.

Inserido neste processo contraditório, o assistente social de vê desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social. As emergentes demandas focadas em respostas imediatistas acabam redimensionando a ação profissional para respostas burocráticas e pontuais, não permitindo, muitas das vezes, que o assistente social realize as mediações necessárias, a fim de situar a realidade de usuários na totalidade das relações sociais. Neste sentido, o conhecimento da realidade é imprescindível para o trabalho do/a assistente social, na construção de alternativas profissionais, “evidencia também a necessidade de apreender a particularidade característica do processo de trabalho da sociedade burguesa como mediação indispensável a uma prática historicamente situada” (SANTOS, 2007, p. 82). Neste sentido, Barroco (2011, p. 213) aponta que:

O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, de forma a não reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, a não atender às novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção.

Para Iamamoto (2009), orientar o trabalho profissional numa direção que requer um profissional crítico, propositivo, capaz de criar, formular, avaliar propostas que aponte para progressiva defesa pela democratização dos direitos sociais. A autora sinaliza que diante dos desdobramentos no mundo do trabalho, a ação profissional deve estar articulada com a luta da classe trabalhadora, diante das investidas do capital contra os direitos e garantias conquistados pela classe que vive do trabalho.

Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho e as respostas profissionais acionadas para fazer frente às expressões da questão social nos diferenciados espaços ocupacionais do (a) assistente social na sociedade brasileira. (IAMOTO, 2009, p. 36)

Nessa perspectiva, é preciso considerar como desafios para o assistente social: a apropriação do debate crítico sobre a intervenção profissional e as políticas sociais, entendendo como elas são fundadas na sociabilidade capitalista, e, portanto, permeada de contradições. Compreender também que somos classe trabalhadora, e, portanto, sofremos processos de alienação. É necessários estarmos muita atentos para não cairmos nas armadilhas ideológicas do capital, que naturaliza as relações sociais. É necessário também resistirmos aos avanços do conservadorismo nas políticas sociais, tendo em vista que este se empenha em mascarar as contradições sociais em seu conjunto amplo. É preciso compreender que a questão social é fundada no capitalismo, e por isso é necessário romper com práticas que ainda persistem em considerá-la como moralismo.

E necessário também nos apropriarmos do fundo público, captar as contradições que permeiam os discursos da crise do capital e o seu rebatimento das políticas sociais. É sabido que o grande capital vem se apropriando do fundo público para maximizar os seus lucros. Em tempos de crise, o capital busca “expandir os setores de acumulação como uma das ‘saídas’ para a crise e, nesse sentido, reforçar a ‘cultura da crise’ e seus valores” (SANTOS, 2007, p. 31). E retira-se os direitos e garantias sociais para garantir a parceria entre a iniciativa público X privado. É necessário desmistificar a concepção do chamado déficit da previdência e ficarmos atentos as reformas de governo que tem efeitos contrários aos interesses da classe trabalhadora. Diante disto, é necessário resistirmos coletivamente e dizer que nem mais um direito a menos!

Em tempos de barbárie, é preciso mais que nunca defender o projeto ético- político e tomar este projeto como um guia efetivo para a condução das ações profissionais, tendo em vista que este tem como uma de suas características, pensar a profissão no contexto histórico, garantindo a análise da sua particularidade e da sua relação com outros sujeitos sociais e profissionais, no intuito de estabelecer alianças e parcerias na defesa de valores e princípios comprometidos com a emancipação humana.

Neste contexto, é necessário apreender a categoria mediação como instrumento teórico-metodológico que permite ao profissional captar a realidade para além da aparência fenomênica em busca da estrutura interna dos fatos/ fenômenos sociais, a fim de conhecer a realidade na sua complexidade, ou seja, totalidade.

É necessário, para tanto, que a ação profissional esteja orientada através de um referencial ético, político e crítico, permeada pela tríade singularidade-universalidade-particularidade, buscando entender o espaço de intervenção do assistente social como campo de mediação que se

estrutura sob determinações sócio históricas, constitutivas dos complexos sociais. Além disto, é preciso que os profissionais estejam comprometidos com o projeto ético político, com as legítimas demandas sociais, provenientes da classe trabalhadora.

Diante do exposto, pensar o trabalho do/a assistente social no atual contexto, requer profissionais que busquem desvendar a realidade nas situações singulares do cotidiano para além da aparência fenomênica da realidade, a fim de capturar a estrutura interna dos fenômenos. Portanto é preciso apreender a realidade concreta dos sujeitos/usuários partir das contradições e relação em que se estrutura e de que se constitui o sistema capitalista, como nos aponta Evangelista (2002, p.48) “para apreendê-las, nunca podemos reduzi-las à sua dimensão mais aparente, porém teremos sempre que remetê-las à totalidade concreta”. Neste processo, é preciso fazer uma “suspensa da heterogeneidade da vida”. (NETTO *apud* SANTOS, 2007, p. 66). Para Josiane Soares (2007, 66) na apreensão desse processo dialético “a ‘suspensão’ é recurso capaz de fazer com que os indivíduos se vejam mediatizados pela universalidade do ser social e ao voltarem para o cotidiano percebam-se como particularidade, ultrapassando assim a singularidade”. O que implica ir contra praticas e teorias irracionistas que leem e interpretam a realidade numa dimensão fragmentada, “que impede qualquer possibilidade de síntese ou totalização, que apreenda o real” (EVANGELÍSTA, 2002, p.31).

Neste sentido, é necessário que a prática profissional seja coerente com o projeto de sociedade que se defende, pautada na igualdade e liberdade e que busque, principalmente, a emancipação de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neodesenvolvimentismo, carregado de uma densidade ideopolítico, apresenta-se como alternativa ao neoliberalismo. Constituído sob um acordo nacional, dirigido pelo segmento dos empresários industriais nacionais, firmado em torno de diferentes segmentos sociais. Tal projeto é composto por politicas macroeconômicas de responsabilidade fiscal e cambial, tendo o Estado como o principal condutor do desenvolvimento econômico, sob a liderança e direção do grande capital nacional em coalizão com uma burocracia estatal. Sendo que para o seu sucesso é necessário firmar um pacto social entre as classes para construção de uma nova estratégia de novo desenvolvimentismo. Em torno desta perspectiva, é fundamental desenvolver politicas de estimulem o consumo de massa, em prol da retomada do crescimento econômico do capital nacional.

No campo das políticas sociais, verifica-se o desenvolvimento de políticas de distribuição de renda (principalmente na área da assistência social) centradas na pobreza, como incentivo ao consumo de massa, a fim de estimular o crescimento econômico do país e a maximização dos lucros do capital. As políticas preconizadas vêm acompanhadas de um discurso de combate à

pobreza e desenvolvimento social, no entanto, o que o vemos são políticas que apresentam os interesses do capital, através de transferência de responsabilidade do Estado para a iniciativa privada, privatizações dos serviços sociais, desresponsabilização do Estado com relação ao enfrentamento da questão social e atuação do terceiro setor na execução de políticas de “desenvolvimento social”, entre outros.

Nessa perspectiva, o neodesenvolvimentismo, vem acompanhado pelo desmonte das políticas sociais por meio da apropriação privada dos processos sociais, focalização, mercantilização e financeirização das políticas, orientadas pelo projeto burguês, financiado pelo Estado.

Diante deste processo contraditório, o assistente social de vê desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, inserida na plataforma das políticas neodesenvolvimentista, fundada em iniciativa estratégica de “inclusão social” de amplos segmentos populacionais via consumo de massa, centrado em programas de renda mínima e compensatório, destinado às famílias mais pauperizadas. Ao passar que amplos segmentos populacionais são incentivados a acessarem bens e serviços privado, como por exemplo, os serviços de educação e saúde, tornando-se multiplicadores dos lucros do capital. E por outro lado, Estado vêm tornando-se mínimo e débil para as políticas sociais e máximo para o capital, a ponto de restringir a alocação dos recursos públicos, principalmente na área social, tendo em vista a consolidação do Pacto neodesenvolvimentista.

Os/as assistentes sociais são desafiados a intervir nas políticas sociais, diante do um quadro de restrição no investimento com o social, falta de recursos financeiros e materiais, agravamento da questão social, bem como o avanço do conservadorismo e retrocesso dos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Diante das transformações ocorridas e das consequências para a intervenção profissional, Yamamoto (2008, p. 17) afirma que:

Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Neste sentido, é necessário mais do que nunca remar contra a maré, lutar contra exploração, preconceito, injustiça, retrocessos. Lutar por melhores condições de trabalho, salários, condições éticas e técnicas de trabalho, concurso público, dentre outros. Em fim, diante de tantas desigualdades, exploração e ofensiva do capital contra a humanidade, é fundamental defender o projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Barbárie e neoconservadorismo**: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 106. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões da nossa época, v. 7).

GONCALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 637-671, dez. 2012.

HARVEY, David. (2005) **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**.

Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, BH, maio, 2007, promovido pelo CRESS-6ª. Acesso em: 17 de jul de 2017. Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: **Direitos Sociais** e Competências **Profissionais**. Brasília: **CFESS/ABEPSS**, 2009.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

MARANHÃO, César Henrique. **A ideologia neodesenvolvimentista e as Políticas**

Rio de Janeiro, Revista Conexão Geraes do CRESS-MG nº 5/2014. Acesso em: 26 de jun de 2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/19>

PFEIFER, Mariana. Bresser-Perreira e o pacto neodesenvolvimentista. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013.

_____. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social & Sociedade** São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade** São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da nossa época, v. 132)

YASBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade**. In.: Serviço Social: **Direitos Sociais** e. Competências **Profissionais**. Brasília: **CFESS/ABEPSS**, 2009.

.

.